

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

**O Secretário da Mesa**

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A atividade das juntas médicas ficou seriamente comprometida com a pandemia de Covid-19, uma vez que os médicos de saúde pública que asseguravam esta resposta foram mobilizados para o acompanhamento e combate à epidemia. Assim, todas as juntas médicas ficaram suspensas, o que teve um impacto enorme na vida de pessoas com doenças graves e incapacitantes que deixaram de ter acesso ao atestado médico de incapacidade multiuso (AMIM), assim como ao benefício concreto de determinadas prestações sociais.

É verdade que no dia 13 de março, através do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, se tentou minorar o impacto da suspensão das juntas médicas decretando-se que deveria permanecer em funcionamento pelo menos uma junta médica por agrupamento de centros de saúde (ACeS). No entanto, esta medida não produziu efeitos e a inacessibilidade às juntas médicas manteve-se, como é, aliás, referido pela Provedora de Justiça na Recomendação 6/B/2020:

“(…) é inevitável reconhecer que esta solução, considerando a sinalizada escassez do número de juntas médicas até então em funcionamento, sendo a possível, dificilmente seria suficiente. Ainda assim, não posso deixar de assinalar que, nos casos trazidos ao meu conhecimento – e depois de terem os serviços procedido à inquirição sobre a existência de tais juntas médicas excecionais – sempre tenho recebido resposta negativa sobre o seu funcionamento, em algumas situações mesmo com desconhecimento do teor da norma acima citada”.

De facto, esta solução de recurso não se traduziu numa melhoria de acesso às juntas médicas e multiplicaram-se os testemunhos de quem não conseguia marcar junta médica ou se encontrava há mais de um ano à espera de resposta. Não foram casos pontuais, foi a regra. Uma regra que já existia antes e que foi severamente agravada pela pandemia.

Foi para dar uma resposta efetiva a estas situações que o Bloco de Esquerda apresentou na legislatura passada o projeto de lei n.º 512/XIV/2ª onde se previa, entre outras medidas, o acesso automático ao atestado médico de incapacidade multiuso a quem tenha sido diagnosticado uma doença incapacitantes que se traduz sempre na atribuição de um grau de

incapacidade igual ou superior a 60%.

Esta medida dispensaria a presença da pessoa diagnosticada em junta médica, permitiria um acesso automático mediante diagnóstico e reduziria a lista de espera para juntas médicas.

Em audições feitas na Assembleia da República foi dito, tanto pela Direção Geral de Saúde como pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, que esta medida era perfeitamente possível e tinha já sido ponderada, sendo necessário afinar a lista de patologias ou situações clínicas que permitiriam a emissão automática de atestado. Ainda em audições em especialidade do projeto de lei do Bloco de Esquerda já referido e de outras iniciativas que a ele se juntaram, o Governo, através do Secretário de Estado da Saúde, comunicou que o Governo tinha um projeto de decreto-lei em circuito legislativo que abrangeria esta solução.

O problema é que esta proposta concreta foi rejeitada, inclusivamente com o voto contra do PS, tendo sobrevivido apenas uma proposta para que no caso de doença oncológica o atestado multiuso pudesse ser passado pelo serviço ou instituição responsável pelo diagnóstico. O segundo problema é que mesmo esta pequena medida demorou a ser posta em prática por parte do Governo e temos informações que ainda não está operacional em todas as unidades do SNS e não se está a aplicar a pessoas que já aguardavam por junta médica em data anterior à entrada em vigor da lei. O terceiro problema: a proposta que o Governo disse ter em circuito legislativo há cerca de ano e meio continua sem existir e ainda recentemente o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda voltou a receber casos concretos de utentes diagnosticados com doenças incapacitantes e que continuam a aguardar meses a fio por uma junta médica.

Ou seja, muito pouco de alterou desde então, apesar de uma das soluções já ter sido apresentada pelo Bloco de Esquerda e ter sido considerada como possível e provável.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:*

1. Quais as unidades do SNS onde já é possível a emissão do AMIM ao abrigo da Lei n.º 14/2021, de 6 de abril e quais os locais onde esta emissão ainda não está a ser feita?
2. O Governo está a fazer uma monitorização para acompanhar a implementação desta medida e garantir que ela é aplicada em todo o território?
3. Tendo-se considerada possível o acesso automático a AMIM no caso de determinadas patologias ou situações clínicas, qual a razão para tal ainda não ter avançado e se persistir num modelo que gera meses e meses de espera para acesso a junta médica?
4. Para quando a publicação do decreto-lei tantas vezes anunciado pelo Governo sobre facilitação de acesso a junta médica e AMIM?

Palácio de São Bento, 27 de abril de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)